

## Working Paper

CEsA CSG 186/2022

# ESTADO, NAÇÃO E ETNICIDADES EM MOÇAMBIQUE

Catarina Maquile de Melo, Gaudêncio Material Alves e Mônica Dias Martins



## RESUMO

O artigo analisa o processo de construção do Estado e da Nação em Moçambique, cuja população é caracterizada pela diversidade de etnias. A primeira seção apresenta uma reflexão sobre os fundamentos, os principais atores e as ações voltadas para a formação do Estado-nação. Na segunda, discutimos a relação entre o nacionalismo e a ideologia socialista, esta última interpretada no pós-independência como o único caminho que conduziria ao desenvolvimento e à uma sociedade livre de exploração. Com a constituição de 1990, uma nova ordem de liberalização política e económica passou a vigorar. Buscamos examinar de forma crítica o processo político em curso no país, à revelia das concepções dominantes nos meios de comunicação, círculos governamentais, empresariais e académicos. Para efeito, nos apoiamos em pesquisa bibliográfica e documentos oficiais, além de vivências de dois estudiosos que desenvolvem trabalhos em Quelimane, capital da província da Zambézia, na região centro de Moçambique.

## Working Paper

CEsA neither confirms nor informs any opinions expressed by the authors in this document.

CEsA is a research Centre that belongs to [CSG/Research in Social Sciences and Management](#) that is hosted by the Lisbon School of Economics and Management of the University of Lisbon an institution dedicated to teaching and research founded in 1911. In 2015, CSG was object of the international evaluation process of R&D units carried out by the Portuguese national funding agency for science, research and technology (FCT - Foundation for Science and Technology) having been ranked as “Excellent”. Founded in 1983, it is a private institution without lucrative purposes, whose research team is composed of ISEG faculty, full-time research fellows and faculty from other higher education institutions. It is dedicated to the study of economic, social and cultural development in developing countries in Africa, Asia and Latin America, although it places particular emphasis on the study of African Portuguese-speaking countries, China and Pacific Asia, as well as Brazil and other Mercosur countries. Additionally, CEsA also promotes research on any other theoretical or applied topic in development studies, including globalization and economic integration, in other regions generally or across several regions. From a methodological point of view, CEsA has always sought to foster a multidisciplinary approach to the phenomenon of development, and a permanent interconnection between the theoretical and applied aspects of research. Besides, the centre pays particular attention to the organization and expansion of research supporting bibliographic resources, the acquisition of databases and publication exchange with other research centres.

## **AUTHORS:**

### **Catarina Maquile de Melo**

Doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestre em Ciência Política: Governança e Relações Internacionais. Bolsista da CAPES-Brasil;

E-mail: [catarina.melo@aluno.uece.br](mailto:catarina.melo@aluno.uece.br)

### **Gaudêncio Material Alves**

Doutorando em Ciência Política na Universidade Católica de Moçambique (UCM); Mestre em Ciência Política: Governança e Relações Internacionais pela UCP;

E-mail: [gmaterial@ucm.ac.mz](mailto:gmaterial@ucm.ac.mz)

### **Mônica Dias Martins**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do doutorado de Políticas Públicas, ambos na UECE. Coordenadora do Observatório das Nacionalidades e editora da revista Tensões Mundiais. Doutora em sociologia pela UFC.

E-mail: [monica.martins@uece.br](mailto:monica.martins@uece.br)

## CONTENTS

INTRODUÇÃO

FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

O NACIONALISMO E O IDEAL SOCIALISTA

DA DEMOCRACIA À ATUALIDADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WP 186/2022

More Working Papers CEsa / CSG available at:

<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers>

## Introdução

As origens socioculturais da população que habita o país, hoje chamado Moçambique, indicam características, desde sempre, marcadas por diversidades étnicas. Antes da chegada dos colonos portugueses, essas populações viviam organizadas em famílias alargadas, em clãs<sup>1</sup> e devido à guerra entre elas, originaram as tribos. Mais tarde, com a chegada dos povos Bantu durante o século III e IV da nossa era, deu-se início aos primeiros Estados Bantu. Entre os séculos X e XIII surgiu o Estado de Zimbabwe (HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, 1978; DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM, 2000) e entre 1440 e 1450 foi fundado o império de Mwenemutapa<sup>2</sup> (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM, 2000). Ao longo desses séculos, todas as organizações sociais e /ou etnias eram dotadas de estrutura e de funcionamento próprio.

Com o início da colonização no século XV, numa primeira fase, Portugal cooperou com os Estados existentes, mas depois, entre os séculos XVII e XIX, começou a destruí-los, negando assim qualquer organização político-social africana fora do quadro do poder formal colonial (CAHEN, 1996; NEWITT, 2012). Na verdade, isso significou a inexistência dessas etnicidades<sup>3</sup> como orientação política para o governo colonial português.

E após as lutas de independência, qual a orientação política adotada pelo Estado moçambicano no tocante às relações entre nacionalismo e etnicidades? No presente artigo buscamos refletir de forma crítica sobre o processo político em curso no país, à revelia das concepções dominantes nos meios de comunicação, círculos governamentais, empresariais e acadêmicos. Para efeito, nos apoiamos em investigação bibliográfica e documentos oficiais, além de vivências pessoais de dois pesquisadores que vem desenvolvendo trabalhos em Quelimane, capital da província da Zambézia, na região centro de Moçambique.

---

<sup>1</sup> Clãs constituem um grupo de pessoas unidas por parentesco e linhagem, definidos pela descendência de um ancestral comum. Os clãs não precisam ser constituídos por parentes de sangue, pois o valor principal que os une são os laços simbólicos.

<sup>2</sup> A grafia deste termo varia, havendo literaturas que dizem monomotapa. Trata-se do mesmo império. Aqui adoptamos Mwenemutapa por ser a designação preferida pela maior parte da literatura.

<sup>3</sup> Etnicidade é o sentimento étnico e a consciência de pertencer a um grupo humano diferente dos outros e o direito de reivindicar e expressar essa diferença.

## FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A independência proclamada a 25 de junho de 1975 visava colocar Moçambique em liberdade face ao jugo colonial. Aliás, o lema da luta de libertação nacional era “libertar a terra e os homens”, criando assim condições para o nascimento de um novo relacionamento com outros Estados e a superação de necessidades dentro do seu território. Posteriormente, o governo da FRELIMO<sup>4</sup>, o único representante legal do povo moçambicano na altura, definiu três pilares principais para se ingressar rumo ao almejado progresso: educação, produção e combate.

A educação, segundo o discurso proferido pelo presidente Samora Machel<sup>5</sup> alusivo a II conferência do Departamento de Educação e Cultura, é a base da formação do “homem novo” e da “mulher nova”, pela qual supostamente se afastariam da educação tradicional, dos ritos de iniciação que paralisavam a sociedade e introduziam valores tradicionais aos jovens (FRELIMO, 1978).

A produção, definida como a missão do operário, cuja figura representava o povo moçambicano, tinha em vista, em primeiro lugar, ganhar a independência econômica e, em segundo, medir a consciência política e o comprometimento de cada operário com a nação e com a classe através da produtividade. Era preciso produzir para melhorar as condições de vida, permitir a realização do progresso e o desenvolvimento económico (FRELIMO, 1976).

E, por fim, o combate para tornar o povo impermeável contra as manobras subversivas, protagonizadas por um lado, pelo inimigo imperialista que enfraquece a ideologia, mina a organização e a disciplina e, por outro, pelos pretos que se infiltravam para destruir as estruturas já criadas, aproveitando-se das "insuficiências e fraquezas existentes tais como, o racismo, o tribalismo, o regionalismo, a ambição e os vícios herdados da sociedade colonial capitalista" (FRELIMO, 1979, p.3).

Todos os três pilares visavam unir os moçambicanos do norte ao sul, para além das tradições e línguas diversas. A este propósito se lê o seguinte:

Criar uma atitude de solidariedade entre os homens capaz de fazer desenvolver o trabalho coletivo, pressupõe a eliminação do individualismo. Unir todos os moçambicanos para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação (FRELIMO, 1978, p. 11).

---

<sup>4</sup> FRELIMO corresponde à Frente de Libertação de Moçambique, partido que conduziu o país a independência e que governa Moçambique desde 1975 até a atualidade.

<sup>5</sup> Samora Moises Machel foi o primeiro presidente de Moçambique independente.

Em entrevista, no âmbito da tomada de posse do governo de transição, Samora Machel avança a ideia de que descolonizar implica ruptura e mudanças profundamente estruturantes ao dizer que: “Descolonizar significa essencialmente desmantelar ao sistema político, administrativo, cultural, financeiro, económico, educacional, jurídico e outros que, como parte integrante do Estado colonial se destinavam exclusivamente a impor às massas a dominação estrangeira e a vontade dos exploradores”. (RITA-FERREIRA, 1988)

Depreende-se do exposto que a construção da nação, pelo menos em teoria, pressupunha uma dupla ruptura. Por um lado, uma ruptura com a tradição e, por outro, uma ruptura com a herança colonial. Portanto, o projeto moçambicano de construção da nação revela-se um tanto quanto ambicioso. Porém, se a ambiciosidade foi ou não acolhida pela praticidade é algo que pode levantar debate.

Porém, após a independência, a inexperiência de governação e a necessidade de construir uma nação, fenómeno então tido como tipicamente ocidental, em oposição às tribos ou etnias, consideradas tipicamente africanas, cujos respetivos povos não teriam consciência da sua unidade e nem vontade de viver em conjunto (CHICHAVA, 2008), fez com que a Frelimo assumisse alguns legados do regime imperialista e ditatorial português no processo de construção da nação moçambicana. Aqui consideramos a experiência da organização política nas zonas libertadas, mas que ela mesma não foi suficiente, no novo contexto, para avançar e dispensar o legado colonial. É assim que se verifica:

- I. A introdução do partido-estado pela FRELIMO, considerado como a única legítima força dirigente do Estado e da Sociedade, permitiu ao partido traçar a linha de orientação política do governo, dirigir e supervisionar a ação dos órgãos estatais (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 1975, art. 3º). O presidente do partido era automaticamente presidente do país e a Assembleia Popular, que exercia as funções de legislativo, era constituída pelos membros do comité central do partido, por quadros do partido e cidadãos escolhidos pelo partido (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 1975, art. 37).

A imposição do partido único pela FRELIMO, não parece ter-se devido ao temor de que o mesmo perdesse em eleições livres e pluralistas, pois, no período pós-independência, a oposição era formada por pequeníssimos grupos sem qualquer articulação. Ela, no entanto, “receava a expressão social e política de vários núcleos da antiga elite como uma força social, embora também estivesse fragilizada pela sua natureza dispersa e localizada” (CAHEN, 1996, 24).

Por essas razões, o partido-estado caracterizou-se como uma força marcada pela unicidade na sua orientação política, com o ideal de formação de um Estado-Nação que, movido pelo mito da homogeneidade, conduziria a destruição de grupos socioculturais específicos<sup>6</sup>, na medida em que certas manifestações eram consideradas inimigas do desenvolvimento. Esta tentativa de formação nacional, se alicerçava nas estratégias de políticas uniformizadoras de um partido-estado<sup>7</sup> que agia de forma imperativa (CAHEN, 1996).

Nessa lógica, foram criados os campos de reeducação para dirigir, organizar, orientar e educar as massas. Estima-se que de "1975, até meados de 1980, existiram mais de uma dezena de campos de reeducação espalhados por diferentes regiões de Moçambique. Os mais conhecidos ficavam no norte do país, na distante região do Niassa<sup>8</sup>" (LIMA, 2015, p.4). Estes campos se fundamentavam na tentativa de transformar a sociedade moçambicana em prol da construção do Homem novo, embasado na teoria revolucionária, e eram reeducados todos os que constituíam oposição política na sociedade (PAREDES, 2014) e os que traziam consigo ou em si, elementos da velha ordem que se desejava eliminar. Por exemplo, "os régulos (autoridades tradicionais), feiticeiros, [...] prostitutas, [...] sabotadores, inimigos e vadios, eram levados para trabalhar em grandes campos de cultivo (roça) e introduzidos cursos intensivos de marxismo-leninismo" (THOMAZ, 2018, *apud*. LIMA, 2015, p.4).

- II. A língua portuguesa, definida como a língua oficial e de unidade nacional, ou seja, um dos símbolos do nacionalismo, foi a "única instituição colonial que além de sobreviver, efetivamente se fortaleceu" (SUBUHANA, 2015, p.10).

De acordo com os dados estatísticos de 1980, foram identificados 16 grupos étnicos e 24 línguas. Sete línguas eram faladas por  $\frac{3}{4}$  da população: makhua (27,8%), tsonga (12,4%), sena-nyanja (9,3%), lomwe (7,8%), shona (6,5%), tswa (6,0%), chuabo (5,7%) e outras, incluindo as línguas portuguesa, hindu e árabe (24,4%). A língua portuguesa nesse caso, ocupava o décimo lugar. Apenas 24,4% da população falava e 1,1%, a tinha como língua materna (MAZULA, 1995, p.58).

Mesmo tendo menos de  $\frac{1}{4}$  da população fluente na língua portuguesa, na escola e nas instituições públicas, era proibido se comunicar em língua materna. As elites políticas e os

---

<sup>6</sup> Segundo Cahen (1996), a FRELIMO concebeu os nomes das diferentes etnias moçambicanas como realidades negativas de tal forma que nenhum etnónimo faz-se constar nos textos do partido.

<sup>7</sup> As políticas escolhidas e adotadas pela FRELIMO não foram consentâneas no seio de todos os moçambicanos, gerando revolta e dissidentes na FRELIMO e culminando em guerra civil.

<sup>8</sup> Província situada ao norte do país, é a maior das 10 províncias de Moçambique.

discursos oficiais se expressavam em português, fossem essas expressões entendidas ou não pela população (WILLIAMS, 2012).

- III. A ideia do Estado-Nação foi defendida pelo presidente Samora Machel como o auge da unidade do povo moçambicano na II conferência do Departamento da Educação e Cultura, em 1973. No seu entender, por um lado, o colonialismo procurou acentuar todas as divisões étnicas, linguísticas, religiosas e culturais que podiam existir entre a população moçambicana e, por outro, as práticas tradicionais locais, exaltavam a superioridade dos cultos de uma determinada comunidade em relação as outras. Daí que,

As palavras de ordem que sinalizavam não só o fim do passado colonial e tradicional bem como o nascimento do “homem novo” socialista eram: “abaixo o feudalismo”, “abaixo o colonialismo”, “abaixo o capitalismo”, “abaixo o obscurantismo”, “abaixo o tribalismo” e “a luta continua”. O “feudalismo”, ou seja, o sistema de governo das populações rurais através dos líderes escolhidos por seus parentes e antepassados, confirmados pela administração colonial como régulos, foi substituído pelas “estruturas” do partido Frelimo: secretários e “grupos dinamizadores”. O “capitalismo” foi substituído pela socialização dos meios de produção, as indústrias e o comércio foram nacionalizados. O “obscurantismo”, ou seja, as cosmologias “tradicionais”, cristãs e islâmicas, foi reprimido e substituído pelo “socialismo científico”. “Abaixo a tradição” significava suprimir as diferenças étnicas e culturais, tidas como um impasse para a construção de um espírito de unidade nacional, como também para o progresso (FRY, 2001, p.14)

A compreensão de Michel Cahen em relação ao Estado-Nação, e de Gavin Williams em relação ao nacionalismo é de que ambos os termos configuram um ideário muito forte entre a nova classe política. Para o primeiro autor, em suas palavras:

Todavia, a ideia de Estado-nação, de que raríssimos exemplos existem em África, é muito forte entre as elites. A possibilidade de se construir um Estado sem Nação não é ainda assumida por estas como uma opção alternativa e consentânea com as especificidades do espaço social. Isto não é só um legado do colonialismo, mas também a aceitação do eurocentrismo pelas elites africanas. (CAHEN, 1996, p.26).

Com efeito, a realidade sociocultural moçambicana é caracterizada por um pluralismo cultural, multiétnico, e a teoria de Estado-Nação invalida a própria experiência de governo anterior à colonização (MAGODE,1996)

Com a idealização de uma nação, a FRELIMO pretendia demonstrar a sua grandeza e caráter de formação nacionalista, elaborando discursos políticos de legitimação de valores públicos e de cidadania, vislumbrando o futuro e o progresso, sem necessariamente pretender preservar o passado (WILLIAMS, 2012). Para tal, sonegava o aspecto de diversidade cultural, impunha a construção de uma ordem social imaginária, assumida como o simbolismo da moçambicanidade: “nós não somos macondes, não somos chuabos, não somos senas e não somos changanes, nós somos moçambicanos” (CAHEN, 1996).

Ainda na perspectiva de Cahen, a moçambicanidade<sup>9</sup> pode ser entendida de duas maneiras. Por um lado, como o sentimento nacional assumido unicamente pelos moçambicanos, independente do seu lugar de nascimento e das particularidades que lhe são intrínsecas. Por outro, pode

representar o sentimento nacional em que diversas maneiras de ser e de estar na vida social não sejam consideradas como um critério com alguma influência. Uma outra forma presente nesta questão é o sentimento de pertença a uma comunidade específica e de posse de uma cidadania. Por exemplo, os macondes de Moçambique bem sabem que são moçambicanos, e os da margem esquerda do rio Rovuma que são tanzanianos. Mas parece óbvio que muitas vezes e não só para os macondes, o sentimento de inclusão na respectiva etnia é não só intimamente assumido por força da identidade cultural como também representa uma realidade prevalente (CAHEN, 1996, p. 29).

Nesse sentido, a negação da moçambicanidade não seria uma atitude realística uma vez que não traduziria ainda a existência de uma nação moçambicana e muito menos de um Estado-nação. “Tal realidade não pode ser condicionada a uma orientação política de um dado partido político, não pode e nem seria conveniente subordinar a sua existência à função de um Estado-nação” (CAHEN, 1996, p. 29).

Um dos grandes teóricos da contemporaneidade, Benedict Anderson define a nação como uma comunidade política imaginada, porque os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008). Atualmente, este conceito reflete uma das principais formas em que a humanidade se encontra organizada em sua dimensão relacional, mas que não impede a detecção do carácter ilusório de que se reveste o *status* pretensiosamente igualitário que os Estados-nação reclamam (BALEIRA, 2001).

---

<sup>9</sup> O autor considera moçambicanidade como nacionalidade.

As nações, no entanto, podem ser classificadas por um lado, como naturalísticas e por outro, como construtivistas. As primeiras têm como referência central, os elementos de identidade considerados naturais ou primordiais, ou seja, as nações são caracterizadas como grupos fechados, particulares e singulares, mantidas pelos laços de identidade natural que produzem a solidariedade “espontânea” entre os seus membros. Já as segundas têm como o seu referencial central, o voluntarismo, ou a união voluntária dos membros de uma comunidade. O que quer dizer, que as nações são caracterizadas por terem sido “construídas” através da ação política nacionalista, mobilizadora de uma suposta consciência nacional e de voluntarismo de seus membros (BALEIRA, 2001).

Em Moçambique, considerando a existência histórica de grupos fechados, a nação moçambicana apenas poderia existir pela via de construção, entretanto, elementos tais como o voluntarismo, que em teoria caracteriza tal tipologia de nação, na prática moçambicana foi substituído pela imposição. Aliás, sobre esse aspeto, Faite (2003) evidencia que os direitos de cidadania e o sentimento de pertença estavam intrinsicamente ligados à FRELIMO, daí que os cidadãos que não se identificavam com a FRELIMO teriam dificuldade de usufruir do seu direito de cidadania.

## O NACIONALISMO E O IDEAL SOCIALISTA

De acordo com Kruks (1987), a opção da FRELIMO pela ideologia marxista-leninista é anterior à independência do país e poderia ser detectada, sobretudo, desde 1968. Para a autora, a adopção desta orientação estava intrinsicamente ligada às especificidades da luta de libertação nacional, contrariando os argumentos anticomunistas veiculados pela administração colonial portuguesa, que explicavam a opção marxista da FRELIMO na base de uma relação de dependência em relação a URSS e China (KRUKS 1987 *apud*. MACAGNO,2009).

Segundo uma entrevista feita por Aquino Bragança<sup>10</sup>, em 1969, ao primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, meses antes da sua morte, este último admite que não havia nenhuma alternativa afora a adopção do marxismo-leninismo. Há um entrosamento de

---

<sup>10</sup> Aquino Bragança foi um Jornalista, acadêmico e militante da libertação dos países em África. Foi conselheiro particular do presidente Samora Machel e ambos morreram em outubro de 1986 no trágico acidente de avião em Mbuzine, na África do Sul.

pensamentos que atuou durante os últimos seis anos<sup>11</sup> (CHRISTIE, 1996, *apud.* MACAGNO, 2005), considerando que a União Soviética apresentava uma posição anticolonialista e uma relação hostil crescente com o salazarismo (MALOA, 2011).

Tendo alcançado a independência nacional, em 1975, essa ideologia foi assumida e sistematicamente formulada no III Congresso do Partido, em 1977, reforçando a tarefa de construir o socialismo por meio de uma direção centralizada e uma economia planificada pelo Estado (FRELIMO, 1977).

Em África, o nacionalismo e os seus projetos de desenvolvimento, muitas vezes foram considerados sinónimos de socialismo, podendo ser entendidos como uma proposta teleológica de movimentos de libertação e de processos pós-libertação nacional. A diferença que Williams estabelece entre o marxismo-leninismo e o socialismo, de um lado, e o Estado e a Nação, do outro lado, é a de que os primeiros (marxismo-leninismo e o socialismo) começaram a ser abandonados já nos anos 1980, devido a inúmeros obstáculos a nível interno e também internacional, enquanto a pregação nacionalista não (WILLIAMS, 2012). Até hoje, os discursos oficiais dos movimentos políticos, principalmente os do partido FRELIMO, são caracterizados e motivados pelo ideal de unidade nacional.

No documento do III congresso da FRELIMO, o comité central do partido considera o marxismo-leninismo como o guião das experiências revolucionárias do povo moçambicano e respeita os seus princípios, organização e métodos de trabalho (FRELIMO, 1977).

O partido se caracterizava por revolucionário e o seu objetivo era a destruição do sistema capitalista e a consolidação de uma sociedade socialista, sem a exploração do homem pelo homem. O marxismo-leninismo ou o socialismo científico era considerado pelo comité do partido como as suas bases ideológicas e teóricas, responsáveis pelo apetrechamento da doutrina revolucionária, que os conduziria ao conhecimento exato das leis do desenvolvimento social e da revolução para dirigir a luta das massas trabalhadoras (FRELIMO, 1977).

Ainda na base das decisões formuladas no III congresso, o partido se mostrou contra os vícios herdados do colonialismo, o liberalismo, o individualismo, a indisciplina e a desorganização. Defende ainda, que a postura dos membros deve ser de disciplina, organização e rigor no trabalho. O que significava combater permanentemente os valores, os gostos, a maneira de viver

---

<sup>11</sup> Seis anos atrás contando a partir de 1969.

e de pensar da velha sociedade. Significava também, a conquista permanente de novas ideias e de novos valores populares.

O combate que aqui se refere não era entre gerações e nem em termos de idade, porque para a FRELIMO,

um jovem que vive a vida e os ideais feudais, ou burgueses da velha sociedade está mais ultrapassado do que um homem de idade que luta constantemente para se integrar na nova sociedade e se libertar das cargas e dos preconceitos reacionários que lhes haviam inculcados (FRELIMO, 1977, p.94).

Os reacionários, em oposição aos revolucionários, seriam todos os moçambicanos que não estavam de acordo com a opção socialista e revolucionária, com a forma de organização política e como o poder político se procedera no seio da sociedade, causando desentendimentos no seio do próprio partido (MALOA, 2011).

Dessa forma os inimigos da FRELIMO já não eram os colonizadores, mas todos que incorporavam os hábitos da velha sociedade e não, da socialista/marxista. Muitos membros que integravam as fileiras do partido foram expulsos e outros mandados para os campos de reeducação.

A FRELIMO, por sua vez, monopolizou tanto os caminhos para pensar no futuro, quanto o controle da história oficial e se tornou cada vez mais fechada em si, "não admitindo alguma possibilidade de aliança com outras forças [vivas da sociedade]: os civis, religiosos, tradicionais" (MAZULA, 1995, p. 86). Na verdade, para o presidente Samora Machel, essas forças constituíam uma oposição à criação de novas estruturas e mentalidades revolucionárias que se adquirem utilizando a ciência e dominando a técnica a serviço do povo. A nova pretensão do partido era "hostil" à mentalidade da "superstição das tradições dogmáticas, do dogmatismo e do tribalismo da sociedade tradicional" (MAZULA, 1995, p. 97-98).

Neste ponto, Samora se opõe ao ideal do Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da FRELIMO, que insistia que somente através da união de todas as tribos, ou grupos étnicos, seria possível lutar, reconstruir e recriar o país, produzindo uma nova realidade, um Moçambique unido e livre (REIS, *apud*. MAZULA, 1995, p.96).

Apesar disso, as referidas proibições foram formalizadas no artigo 15º da Constituição da República Popular de Moçambique<sup>12</sup>. Se por um lado as proibições das práticas mágico-

---

<sup>12</sup> A República Popular de Moçambique realiza um combate enérgico contra o analfabetismo, obscurantismo e promove o desenvolvimento da cultura e personalidades nacionais [...] (artigo 15 da CPRM, 1975)

religiosas, tomadas como obscurantismo, impediam a criação de uma sociedade nova, por outro lado as mesmas proibições negavam e destruíam as culturas dos povos moçambicanos. Do mesmo modo, várias congregações religiosas e comerciantes foram reprimidos<sup>13</sup>.

A transformação da FRELIMO num partido marxista-leninista, em 1977, resultou no abandono da prática da democracia participativa ao nível da maioria da população moçambicana, constituída por camponeses, sendo a ênfase no proletariado, que era em número insignificante. Tal fato gerou um sentimento de exclusão nesses, assim como foram marginalizadas as antigas autoridades tradicionais. Aliás, o pai do próprio líder da RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) foi chefe tradicional que serviu ao regime colonial e foi destronado depois da independência (ROCCA, 1998)

A exclusão dessas forças e de grupos sociais, aliada às expectativas das vantagens advindas da liberdade que florescia nos moçambicanos com a independência, constituíram bases fundacionais para a criação de opositores e dissidentes da FRELIMO, a exemplo da RENAMO, sua oponente durante a guerra civil de 16 anos, ou seja, de 1976 a 1992, e o atual maior partido da oposição.

Outro motivo para agudizar estas relações e materializar o objetivo dos dissidentes em criar uma oposição sólida, foi o apoio dos regimes de ideologia capitalista, em particular o da Rodésia do Sul, atual Zimbábue, liderado por Ian Smith, e o da África do Sul, na vigência do apartheid, motivados pela guerra fria que dividia o mundo entre socialistas e capitalistas.

Dentre as causas da guerra civil em Moçambique e o apoio das massas ao partido RENAMO, Maseko (2019) justifica o autoritarismo do partido FRELIMO em relação ao seu povo, não permitindo ideias contrárias às suas, se opondo dessa forma aos ditames democráticos almejados durante a luta pela independência e instituídos na Constituição da República Popular de Moçambique como democracia popular em que todas as camadas patrióticas se engajam na construção de uma nova sociedade ( GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 1975, art. 2).

Além disso, como afirmam Elaigwu e Mazrui (2010), ao se criar uma crise do Estado, entendida como a existência de um clima de instabilidade da autoridade política, na medida em que esta deixa de ser reconhecida em todo o território, simultaneamente se instaura a crise da nação que decorre da insuficiência de uma identidade coletiva, conforme assegura Faite (2003), ao relacionar a causa da guerra civil com a ruptura do sentido de cidadania que havia despontado

---

<sup>13</sup> Ibidem.

apenas como um esboço. Com tal ruptura, passaram a existir cidadãos dentro do horizonte da FRELIMO e outros que sendo moçambicanos reivindicavam sua cidadania pela força das armas (FAITE, 2003).

Em relação às motivações do partido RENAMO para a guerra civil, Afonso Dhlakama teceu as seguintes palavras:

Quando iniciamos a nossa luta, tínhamos um único grande objetivo, não nos importávamos de correr riscos, mesmo chegando ao ponto de sacrificarmos as nossas vidas, sempre na esperança de um dia, podermos devolver a voz a quem não tinha, podermos repor a dignidade do cidadão moçambicano, podermos devolver o Estado a Moçambique. Lutamos sempre com o único objetivo de estabelecer o respeito pela cultura e tradição do nosso povo, restabelecer o respeito pelos direitos humanos, restabelecer a liberdade religiosa, ajudar a que Moçambique se tornasse num Estado de direito e democrático, onde a justiça social e o desenvolvimento fossem realidades visíveis aos olhos de todos (MAZULA, 2002, p. 32).

A partir de 1980, com a crise econômica na URSS, seu apoio aos países africanos que tinham escolhido a ideologia marxista-leninista decresceu e Moçambique não escapou. Na tentativa de garantir alguma estabilidade social face a inúmeras dificuldades de desemprego que assolavam o país, em parte causadas pela saída dos portugueses de Moçambique, Samora adotou certas medidas, como a operação produção, uma alternativa de combate a fome, porque entendia que no campo podiam produzir, e as guias de marcha de forma a evitar o êxodo rural. Contudo, o êxodo aumentou com a guerra que se fazia sentir mais no campo e o desemprego se agravou (BRITO, 2019).

Nessa mesma altura, a guerra civil já se tinha espalhado por todo o país, causando uma grande devastação nas zonas rurais, a suspensão de programas de desenvolvimento e a destruição de infraestruturas socioeconômicas (HANLON; SMART, 2008). A pobreza se instalou e adquiriu estatuto de problema público (MALOA, 2011).

Na realização do IV congresso do FRELIMO em 1983, alguns assuntos como a crise econômica que assolava o país e a redução da ajuda da União Soviética foram incorporados na agenda. No mesmo ano, Samora visita os Estados Unidos e negocia com as instituições de Bretton Woods. No ano seguinte, Moçambique é aceito membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, ao mesmo tempo que a guerra continuava e as calamidades naturais assolavam o país.

Em 1987, aprova um plano de reabilitação econômica designado (PRE) e dois anos depois integra também o aspecto social (PRES), abrindo espaço para a liberalização de mercado (MALOA, 2011).

Entretanto, foi em 1984 que se deu início às primeiras tentativas de negociar o fim da guerra com a RENAMO. Assinou-se então, o acordo de Nkomati, entre o governo da FRELIMO, representado pelo presidente Samora Machel, e o governo sul africano, representado pelo presidente Pieter Botha, com a promessa de que cada país deixava de apoiar o movimento que para o outro era antagônico. Ou seja, o governo da África do Sul deixava de apoiar a RENAMO e Moçambique o ANC. Porém, os movimentos continuaram por si.

Terminada a guerra fria, com o fim do bloco socialista, a nova ordem mundial atribui ao ocidente o comando dos destinos da humanidade e os EUA passaram a ditar as regras do jogo. Países como Moçambique que eram socialistas tiveram que suportar todo o tipo de imposição, mesmo sabendo que algumas não coadunavam com as suas realidades sociais e nem com os seus anseios (MASSEKO, 2019).

No V congresso em 1989, o partido abandona o marxismo-leninismo e, em 1990, adota uma nova constituição que estabeleceu os princípios democráticos e o multipartidarismo.

A guerra civil oficialmente terminou em 1992 com a assinatura do acordo geral de paz em Roma entre o governo da FRELIMO, representado pelo presidente Joaquim Chissano que assumiu o poder em 1989, e a RENAMO, representada por Afonso Dhlakama.

## DA DEMOCRACIA À ATUALIDADE: Quais avanços na construção da unidade nacional?

Pouco mais de três décadas da adoção da democracia multipartidária e da assinatura do Acordo Geral de Paz, a construção da unidade e da identidade nacional numa perspectiva construtivista, baseada pelo respeito da diversidade étnica e os direitos de cidadania, ainda constituem um dos “pratos” principais do “cardápio” do projecto nacional moçambicano.

Alguns exemplos podem ser citados. O relatório do Centro de Integridade Pública (CIP), intitulado *Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito*<sup>14</sup>, evidencia o privilégio dado à etnia Maconde em detrimento da etnia Kimwanis.

Em Cabo Delgado, os da etnia Maconde<sup>15</sup>, na sua maioria provenientes dos distritos de Mueda e Muidumbe, locais que não foram bastante assolados pela guerra são antigos combatentes ou tem algum parente que esteve ligado à luta armada. Daí que se beneficiam do subsídio alocado pelo Estado aos antigos combatentes ao mesmo tempo que também recebem a assistência humanitária dada aos deslocados.

Contrariamente aos deslocados da etnia Kimwanis que são os menos abrangidos pelo subsídio destinado aos antigos combatentes pelo fato de haver relativamente poucos combatentes ou parentes de combatentes e por serem provenientes dos distritos costeiros de Mocimboa da Praia, Macomia e Quissanga, onde os conflitos têm tido maior incidência e por conta disso, os mais afetados e os mais vulneráveis.

Isso significa que os Kimwanis, que na sua maioria não são pensionistas e nem funcionários do Estado, como os Macondes, são os mais dependentes da assistência humanitária (CIP, 2021).

O facto de os distritos de Mueda e Muidumbe não terem sido bastante assolados pela guerra faz com que alguns deslocados, que abandonaram o distrito por temer o pior, possam ainda contar com o apoio de seus familiares que decidiram permanecer no distrito e estão a desenvolver alguma atividade rentável. O mesmo não sucede com os deslocados das zonas costeiras onde todo o tecido social e económico foi amplamente devastado pela guerra.

O apelo que essa entidade faz é que, independentemente da proveniência dos deslocados de guerra de Cabo Delgado, as autoridades governamentais e as organizações humanitárias devem ter uma atenção diferenciada para os grupos mais e menos vulneráveis (CIP, 2021). Ademias, acrescenta que os Kimwanis nunca foram levados em consideração pelo poder político (LAVIEQUE, 2020).

Outra constatação do CIP é que os deslocados não saíram apenas das áreas onde houve ataques. Mesmo onde não houve, tal como em Mueda, os habitantes fugiram por perceber que os

---

<sup>14</sup> Para ver o artigo na íntegra: <https://www.cipmoz.org/pt/2020/10/25/gestao-dos-deslocados-de-guerra-de-cabo-delgado-governo-falhou-no-apoio-as-vitimas-do-conflito-2/>

<sup>15</sup> Etnia a qual o Presidente da República, Filipe Nyusi pertence.

familiares do presidente Nyusi, Chipande<sup>16</sup> e outros generais Macondes foram os primeiros a serem evacuados via aérea.

Um segundo exemplo pode ser observado no pronunciamento do general da reversa, deputado da Assembleia da República, membro sénior do partido FRELIMO, Eduardo da Silva Nihia, ao declarar que “os macuas são falsos e não têm direção” por permitirem a derrota do seu partido em cinco<sup>17</sup> dos sete municípios da província de Nampula (LUTXEQUE, 2022). Essa declaração, foi antecedida de questionamentos sobre “porquê que Inhambane não fica com a RENAMO, porquê que Manica e Chimoio não ficam com a RENAMO, porquê que Tete e Pemba não ficam com a RENAMO” (EVIDÊNCIAS, 2022). Ainda segundo Lutxeque, a referida declaração gerou revolta, debates e protestos no seio da população. Um dos cidadãos ofendidos, solicitou ao partido FRELIMO um pedido de desculpas ao mesmo tempo que o seu distanciamento da respectiva declaração. O nosso entendimento é que tais declarações ao invés de unir os cidadãos, separa em “os cidadãos da FRELIMO” e os “outros”. Ademais, deixam escapar “estereótipos Tribalistas há muito tratado em surdina” (EVIDÊNCIAS, 2022).

Um estudo sobre discriminação étnica em Moçambique, feito por Pedro Lavieque (2020), questiona sobre as modalidades que se tem usado no lançamento de vários projetos de desenvolvimento desenhados em Maputo para cobrirem as regiões norte e centro, uma vez que o corpo diretivo, os técnicos e o pessoal de apoio são recrutados na região sul, ignorando a mão de obra da região onde será implementada o projeto, o que deixa indignada a população local e com um sentimento de discriminação.

Acrescenta o autor que a origem do cidadão o projeta diferenciadamente nos espaços e no acesso as oportunidades de trabalho e constitui, atualmente, um dos principais inimigos do processo de pacificação e desenvolvimento equilibrado do país.

---

<sup>16</sup> Alberto Joaquim Chipande é um político moçambicano e um dos mais antigos líderes do partido FRELIMO. Conforme a história oficial de Moçambique, Chipande foi o que atirou o primeiro tiro que deu início a luta de libertação nacional em 25 de setembro de 1964.

<sup>17</sup> Os referidos municípios foram ganhos pela RENAMO.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de construção do Estado e da nação têm início logo após a independência e estabelecem entre si uma ligação, apesar de que cada um apresenta a sua própria lógica. Enquanto a nação se refere a identidade coletiva, o Estado diz respeito a existência de uma autoridade política de nível central, respeitada por todo o território. Conforme se evidenciou durante o texto, parte significativa da estruturação Estado que surge pós-independência nacional foi fruto de legado colonial português, idealizado pela elite dirigente da FRELIMO e implementado como um projeto de formação do “Homem Novo”, o que ocorreu de forma imperativa e de políticas uniformizadoras.

Embora Moçambique fosse caracterizado por sua heterogeneidade cultural, tais decisões não priorizaram nenhum tipo de diálogo entre os atores sociais e objetivaram a criação de uma consciência nacional com certo imediatismo, como se fosse algo natural. Por conta disso, não se enfatizaram políticas que valorizassem a diversidade étnica e, a partir delas, se emergir os laços de afeto que caracterizam a afirmação da moçambicanidade.

Depois de 46 anos de independência e 46 anos de tentativa de se criar uma nação moçambicana, ainda prevalecem grandes desafios para a existência de um sentimento de unidade nacional pelos cidadãos moçambicanos desde a elite política ao cidadão comum.

Pese embora, exista atualmente uma tendência de valorização das diferentes manifestações étnicas do país, fato que se visibiliza no momento das visitas dos dirigentes às comunidades, sendo recebido com uma dança local e nos discursos se expressando ou se traduzindo para a língua local por um membro da comunidade, ainda permanece a ideia e se atribui mais importância às etnias correspondentes a parte Sul do país ou as que historicamente apoiam ao partido FRELIMO.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALEIRA, Sérgio. Nações concorrentes: estratégias de construção de identidade. In: Moçambique, ensaios. PETER, Fry (org.). Brasil: UFRJ, 2001.
- BRITO, Luís. **Multipartidarismo, geografia do voto e descentralização em Moçambique**. In: Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019.
- CAHEN, Michael. **O Estado, Etnicidades a Transição Política**. In MOÇAMBIQUE: Etnicidades, Nacionalismo e o Estado, Transição Inacabada. JOSÉ, Magode (ed.). Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.
- Centro de Integridade Pública. Disponível. **Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito**. Disponível em: <<https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Gesta%CC%83o-dos-deslocados-de-guerra-de-Cabo-Delgado-Governo-falhou-no-apoio-a%CC%80s-vi%CC%81timas-do-conflito.pdf>>. Acesso no dia 08 de 08 de 2021.
- CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura Sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2008.
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, UEM. **História de Moçambique**. Vol. 1. Maputo: UEM, 2000.
- ELAIGWU, I.; MAZRUI, A. Construção da Nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, A.; CHRISTOPHE W. (Orgs.). História Geral de África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- EVIDÊNCIAS. “MACUAS (de Nampula) são falsos e não têm direção” - atira Eduardo da Silva Nihia. Disponível em:< <https://evidencias.co.mz/2022/09/06/macuas-de-nampula-sao-falsos-e-nao-tem-direccao-atira-eduardo-da-silva-nihia/>>. Acesso em: 28 out. 2022.
- FRELIMO. **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO**: O Partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na Edificação da democracia popular. Relatório do Comité Central ao 3.º Congresso. Maputo, 1977.
- FRELIMO. **Educar o Homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria**. Centro dos Estudos Africanos. Maputo, 1978.

- FRELIMO. **Impermeabilizemo-nos contra as manobras subversivas, intensificando as ofensivas ideológicas e organizacionais no seio dos combatentes e massas.** Maputo, 1979.
- FRELIMO. **Produzir é um ato de militância.** Maputo, 1976. \_\_\_\_\_. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985.** Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa. 2015.
- GELDENHUYS, DEON. **Some foreign policy implications of South Africa's "Total National Strategy".** South Africa: The South Africa Institute of International Affairs, 1981.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique.** Maputo, 1990.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República Popular de Moçambique.** Maputo, 1975.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Validação e Proclamação dos Resultados das Eleições Presidenciais e Legislativas e das Assembleias Provinciais de 15 de outubro de 2014.** Acórdão n° 21/CC/2014 de 29 de dezembro.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Validação e Proclamação dos Resultados Eleitorais.** Acórdão n° 25/CC/2019 de 22 de dezembro.
- HANLON, Joseph; SMART, Teresa. **HÁ MAIS BICICLETAS- mas há desenvolvimento?** Kapicua Livros e Multimédia, Lda. 2008.
- LAVIEQUE, P. J. **Discriminação Étnica em Moçambique: ELO-Base que exige eliminação para paz efectiva.** Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/revs/article/download/10955/6190/51327> >. Acesso em: 28 out. 2022.
- LIMA, **Os Indesejáveis da Nação:** Os campos de reeducação em entre as memórias silenciadas de Ungulani Ba ka Khosa. Disponível em < [http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015\\_1456107323.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456107323.pdf) >. Acesso no dia 07 de 06 de 2020.
- LUTXEQUE, Sitoi. **"Falsos e sem direção": Cidadãos macuas ofendidos com insultos de general.** Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/falsos-e-sem-dire%C3%A7%C3%A3o->

- ciudad%3%A3os-macuas-ofendidos-com-insultos-de-general/a-63106652 >. Acesso em 28 out. 2022.
- MACAGNO, Lorenzo. **Fragmentos de uma imaginação nacional**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 24 No 70. 2009.
- MACAGNO, Lorenzo. **Lendo Marx “pela segunda vez”**: experiência colonial e a construção da nação em Moçambique. UNICAMP. 2005.
- MALOA, Joaquim. **O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994**. Revista espaço Acadêmico- N° 122- julho de 2011.
- MASSEKO, Felizardo Gabriel. **A Guerra dos 16 anos em Moçambique**: causas nacionais e internacionais? Revista Nordeste de História do Brasil, Cachoeira, v. 2, n. 3, p. 120-136, jul./dez. 2019.
- MAZULA, Brazão. **A construção da democracia em África**: o caso moçambicano. Maputo: Ndjira, 2002.
- NEWITT, MALYN. **History of Mozambique**. Tradução portuguesa de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Portugal: Tito Lyon de Castro, 2012.
- PIRES, Raul Braga. A formação do Partido Independente de Moçambique (PIMO). In: **Africana Studia**, N° 12. Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, P 91-109, 2009.
- RENAMO-UE. Disponível em <https://pt.linkfang.org/wiki/Renamo-UE>. Acesso no dia 12 de 07 de 2020.
- RITA-FERREIRA. **Moçambique post-25 de Abril: Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática**. Coimbra: Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1988.
- ROCCA, R. M. Moçambique da guerra à paz: História de uma mediação insólita. Maputo: Livraria Universitária- UEM.
- SUBUHANA, Carlos. **Minha história/Trajatória de vida inserida na problemática da construção da cidadania e da nação moçambicana**. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/281465300\\_Minha\\_historiatrajatoria\\_de\\_vida\\_inserida\\_na\\_problemativa\\_da\\_construcao\\_da\\_cidadania\\_e\\_da\\_nacao\\_mocambicana/link/55ea172b08ae65b6389c586a/download](https://www.researchgate.net/publication/281465300_Minha_historiatrajatoria_de_vida_inserida_na_problemativa_da_construcao_da_cidadania_e_da_nacao_mocambicana/link/55ea172b08ae65b6389c586a/download). Acesso no dia 08 de 06 de 2020.

VICTORINO, A. P.; SOUZA, C. A. da S. **Alienação eleitoral nas eleições presidenciais de Moçambique: um olhar sobre as condições socioeconômicas de 1994 a 2002.**

Disponível em:

<[http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6112/2018\\_victorino\\_alienacao\\_eleitoral\\_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6112/2018_victorino_alienacao_eleitoral_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 23 ago. 2020.

WILLIAM, Gavin. Nationalism, Nation and States: Concluding Reflections. In: MORIER-GENOUD, Eric. (ed). Sure Road?: Nationalisms in Angola, Guiné-Bissau and Mozambique. Leiden/Boston: Brill, 2012.